

Pesquisa em História da Educação: Acervos, arquivos e a utilização de fontes

*History of Education Research: Data bases, archives and the
source utilization*

**Maria Celi Chaves
Vasconcelos**

Universidade Católica de
Petrópolis / Universidade do
Estado do Rio de Janeiro

maria2.celi@gmail.com

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Pesquisa em História da Educação: Acervos, arquivos e a utilização de fontes. *FRONTEIRAS: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, Anápolis-Goiás, v.3, n.3, jul.-dez. 2014, p.33-47.

Resumo

O artigo apresenta procedimentos metodológicos utilizados em investigações realizadas na área de história da educação, reunindo dois campos do conhecimento, a história e a pedagogia, com a finalidade de demonstrar possibilidades de trabalho com acervos, arquivos e fontes. Nessa perspectiva, tem como objetivo abordar aspectos da pesquisa documental, averiguando suas contribuições à investigação histórica, por meio de categorias significativas para estudos qualitativos, entre elas, a literatura, a imprensa periódica, a iconografia e egodocumentos, tomados como fontes. Além disso, discute-se a educação feminina, nas dimensões que possibilitam sua investigação, considerando que, normalmente, esses registros encontram-se velados, especialmente quando se trata de instituições católicas, seculares, existentes desde tempos já não mais testemunhados. Conclui-se pela legitimidade de um repertório variado de acervos e arquivos como fontes de pesquisa no campo da história da educação, desde que utilizados com rigor e método, permitindo desvelar contextos e circunstâncias em que o ensino foi sendo institucionalizado.

Palavras-Chave: Pesquisa histórica; História da educação; Acervos; Arquivos; Fontes de pesquisa.

Abstract

The article presents methodological procedures utilized in surveys made in the area of History of education, comprehending two fields of knowledge, History and Pedagogy, intending to demonstrate

possibilities of work with data bases, archives and sources. In this perspective, it has as a goal the approach of documental research aspects, checking their contributions to the historical survey, through significant categories for qualitative studies, that means, Literature, Periodical Press, Iconography and Egodocuments, taken as sources. Moreover, the female education is discussed, in dimensions that make its investigation easier, considering that, usually, these records are found held, especially when it is about catholic, secular institutions, which exist since ages not witnessed anymore. It may be concluded by the legitimacy of a varied repertoire of data bases and archives as research sources in the field of the History of education, since we utilize them with discipline and method, allowing the unraveling of contexts and circumstances in which the teaching was institutionalized.

Keywords: Historical research; History of education; Data bases; Archives; Research sources.

A união de dois campos: história e educação

As pesquisas na história da educação têm características que remetem a união de dois campos de conhecimento distintos, mas que estabelecem um diálogo fundamental para o entendimento da gênese dos processos educativos: a história e a educação. Cada um com as suas especificidades e peculiaridades, juntos permitem a investigação daquele que podemos denominar como o campo de conhecimento que explora desde os primeiros atos deliberados, formais ou não, da transmissão de ideias, informações, aprendizagens e princípios do que se julgava deveria ser perpetuado e lembrado, bem como as práticas utilizadas para esse fim. À medida que esses ensinamentos vão ganhando certa organização e passam a ser realizada intencionalmente, em espaços destinados e adaptados à ação educativa, a pesquisa neste campo revela aspectos significativos tanto para a educação como para a história (Vasconcelos, 2010).

Pierre Nora (1987, p.10) afirma que “o historiador dos dias de hoje está pronto, ao contrário de seus antecessores, a confessar a ligação estreita, íntima e pessoal que mantém com o seu trabalho”. Nesse sentido, reunir campos como a educação e a história, pesquisando suas conexões, especialmente a educação na história, a educação na sociedade e as relações explícitas entre sociedade e educação, trata-se também de se portar como o historiador e trazer para o íntimo do papel de educadores a investigação da educação em uma perspectiva histórica, contribuindo para o entendimento do *modus* de se pensar e fazer educação e de como essas concepções foram sendo construídas nas relações sociais, cotidianas, presentes no interior dos vários espaços educativos.

Assim, para reunir o historiador e o educador é necessário pôr em prática o que Nóvoa (2005, p.11) orienta:

O mínimo que se exige de um historiador é que seja capaz de pensar a educação. O mínimo que se exige de um educador é que seja capaz de pensar a sua ação nas continuidades e mudanças do tempo participando criticamente na renovação da escola e da pedagogia.

Para tanto, faz-se necessário, cada vez mais, que aqueles que pesquisam a história da educação, quer sejam historiadores ou educadores, se debruçam sobre acervos e arquivos, preenchendo lacunas oriundas da negligência com os registros, descuido com os documentos, ou simplesmente o descarte destes. Por outro lado, há um imenso fluxo de informações sobre movimentos, processos educativos e lutas dos educadores para a construção da educação, em diversos momentos, a espera de um olhar atento do historiador ou do educador que se proponha aos desafios das investigações históricas.

Entre os acervos com uma infinidade de aspectos a serem explorados, na perspectiva da história da educação, alguns emergem como fontes significativas de pesquisa, compostas por documentação de caráter permanente, listados por Bacellar (2010) como os arquivos do poder executivo, arquivos do poder legislativo, arquivos do poder judiciário, arquivos cartoriais, arquivos eclesiásticos e arquivos privados. Embora, grande parte desses acervos contenha somente documentos oficiais, a pesquisa relativa à educação pública e privada encontra nesses fundos categorizados em cada instituição de guarda, inúmeras possibilidades de leitura, como nos relatórios, ofícios, requerimentos, ocorrências, registro de terras e de propriedade, atas, inventários, testamentos, processos civis e criminais, registros civis e paroquiais, correspondência, fotografias, manuscritos e documentos particulares que contém centenas de informações não exploradas.

No entanto, a história da educação não está pronta e adormecida em algum lugar aguardando o pesquisador que queira estudá-la, muito menos os fatos e seus registros estão prontos e acabados, reunidos em uma pilha de documentos que possam revelar o real histórico em si ou aquilo que se deseja venha ser uma realidade histórica. Muito pelo contrário, pesquisar a educação e a sua inserção na história constitui-se em um amplo processo que não pode se reduzir aos documentos e registros e, particularmente, aos documentos e registros apenas dos momentos vividos pela escola – uma invenção popularizada somente nos últimos dois séculos –, desconsiderando outras inúmeras circunstâncias que compõem a história da educação, vividas entre sujeitos, entre sujeitos e instituições, com uma temporalidade muito mais abrangente.

Pesquisar na história significa, *a priori*, entender o contexto histórico que se está investigando, neste caso, relacionando os movimentos educativos com outros muito maiores,

causadores ou resultantes da luta de homens e mulheres, de suas conquistas e derrotas. Contudo, nem sempre é viável estabelecer todas as relações que seriam necessárias à localização contextual histórica dos acontecimentos ou verificar a sua amplitude de possibilidades, ou ainda presumir que ao cercar o contexto pesquisado se estará recuperando a história, pois a investigação histórica não é um simples levantamento de registros, ela envolve a complexidade da memória.

A memória, por sua vez, remete ao grupo, ou seja, as lembranças se alimentam das diversas memórias oferecidas pelo grupo. E, neste caso, Halbwachs (2004, pp. 75-76) aponta que as lembranças podem ser reconstruídas ou simuladas, isto é “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada”. Dessa forma, tal como Pierre Chaunu (1987, p. 64) afirma, “não se volta atrás no tempo”. Apesar de o historiador tentar superar essa impossibilidade, vivendo a constante sedução de “recuperar” a história, não há como fazê-lo, pois é utópica qualquer tentativa de “ressurreição integral do passado” (Chaunu, 1987, p. 64).

A história da educação, por seu turno, oferece o mesmo fascínio aos pesquisadores e, conseqüentemente, as mesmas armadilhas, especialmente aquelas que se referem a encontrar traços do presente no passado e vice-versa, distinguindo os fatos pelo contexto em que se inserem e não pelas práticas que contém em si.

Pesquisar a história da educação significa também tratar das lembranças “que nos dizem respeito”, pois como alerta Georges DUBY (1987, p. 137) se a história dos outros é “tanto melhor quanto mais apaixonada, a história de si requer, ao contrário, a objetividade mais rigorosa. Deve retificar com toda a energia aquilo que o amor próprio deforma irresistivelmente”. Cabe aos educadores, portanto, ao pesquisar a história da educação, observar o tênue limite entre os dois campos, para que, não deixando de se tornar “pesquisadores apaixonados”, lembrem-se que estão investigando o próprio passado, como sujeitos e em instituições protagonistas dos processos educativos, inseridos na dinâmica histórica das ações e das sociedades.

Assim, empreender investigações que têm como ênfase circunstâncias e processos educativos ocorridos em determinado tempo e lugar, posicionar-se sobre eles e arriscar prognósticos, requer entender o papel do pesquisador diante da história, ou seja, como afirma Raoul Girardet (1987, p. 139) “o historiador não dominará nunca o futuro, mesmo que deva preparar-se para ele e preparar os outros”, além de que sempre correrá o risco de entender o passado com o olhar equivocado do presente. Para evitá-lo é necessário, então, aquilo que René Rémond (1987, p.288) chama de “desconfiar da subjetividade”, pois os historiadores “conhecem por experiência a

precariedade da recordação, a fragilidade do testemunho; conhecem pela profissão a propensão inconsciente de cada um para introduzir na curva de sua existência uma coerência emprestada”.

Embora correndo todos os riscos inerentes a se aventurar por um campo no qual há vasta e notória produção, a história da educação tem sido o foco de muitas pesquisas e algumas delas, considerando a complexidade relacionada aos temas e as inúmeras formas como poderiam ter sido tratados, trazendo surpreendentes reencontros, seja da educação com a história, seja de aspectos esquecidos e sutilmente revelados entre esses dois campos, desafiando a memória/história que insistia em mantê-los prisioneiros.

Partindo dessas premissas que veem as pesquisas na história da educação como a forma de interação de dois campos do conhecimento que resultam em um terceiro, delineamos alguns aspectos, relativos a acervos, fontes e procedimentos metodológicos, a serem observados nas investigações que se debruçam sobre essa temática.

Fontes e procedimentos metodológicos: caminhos a percorrer

Na pesquisa em história da educação, as ações metodológicas buscam aproximar as hipóteses pertinentes ao problema de investigação, delineando os passos iniciais de inserção no campo de pesquisa. Já na consulta às primeiras fontes, as hipóteses levantadas podem obter um indicativo de sua validação e do quanto será necessário aprofundar o estudo para aproximá-las da questão a ser pesquisada.

Para estabelecer essas conexões hipóteses/problema de pesquisa, na maioria dos casos, é necessário utilizar, inicialmente, diversas fontes, entre elas, documentos oficiais como pareceres, decretos, estatísticas, relatórios e atas. Eles asseguram os marcos fundantes necessários para o estabelecimento de datas, lugares, instituições, sujeitos e nomes, cujas pistas levam à história que está sendo buscada. Cumprida essa etapa, é importante voltar-se para a produção científica e bibliográfica realizada sobre o local e a época pesquisados, com o objetivo de conhecer o quadro social, político e econômico em que a história será contada.

De acordo com Bacellar (2010, p.71), o "olhar de historiador", requer precauções e informações prévias sobre o assunto pesquisado, além de conhecimento das conclusões de historiadores que já trabalharam o mesmo tema. Após esse primeiro inventário, faz-se necessário "cotejar informações, justapor documentos, relacionar texto e contexto, estabelecer constantes, identificar mudanças e permanências e produzir um trabalho de História" (Bacellar, 2010, p.71).

Na perspectiva de utilização da pesquisa documental como método de recolha e de verificação de dados no campo da história da educação, outras técnicas de investigação podem ser associadas, como a entrevista, a observação, a análise de conteúdo, a investigação-ação, chegando-se, por vezes, no dizer de Saint-Georges (1997, p. 30) "a criar material empírico novo". De acordo com Karnal & Tatsch (2011, p. 22):

A expansão documental não diz respeito apenas a novos objetos ou à inclusão de personagens comuns, mas ao próprio caráter holístico do trabalho. Assim, o documento escrito clássico passou a ser somado ao documento arqueológico, à fonte iconográfica, ao relato oral (quando possível), a análises seriais e a todo e qualquer mecanismo que possibilite uma interpretação.

Na ampliação das possibilidades de investigação, busca-se localizar em fontes não intencionais o registro do tema tratado ou aspectos que possam revelá-lo. Para tanto, pode-se tornar bastante significativa a leitura de documentos pessoais como diários, cartas, relatos de viajantes, almanaques, bem como artigos publicados na imprensa contemporânea aos fatos que estão sendo pesquisados.

Diante da diversidade de caminhos a serem percorridas, entre fontes intencionais e tantas outras possíveis de sugerir pistas ao tema pesquisado, cabe lembrar o que afirma Karnal & Tatsch (2011, p. 24): "Em síntese, documento histórico é qualquer fonte sobre o passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita". Encontrá-los em bom estado e conservados constitui-se já em um grande avanço na pesquisa, pois, de acordo com os autores citados (Karnal & Tatsch, 2011, p. 24), "atrás de cada documento conservado, há milhares destruídos", assinalando que "o grande limite da função do historiador seja o limite do documento".

Com efeito, uma das maiores dificuldades em qualquer pesquisa histórica refere-se à localização e o acesso às fontes de pesquisa. Como não se dispõe, ainda, de uma rede integrada de consulta a arquivos e acervos, a única forma de realizar a localização e mapear as possibilidades institucionais de investigação é a visita a cada um deles e a busca em seus catálogos, seja manual ou virtual. Vale destacar que, a cada ano, aumentam as conquistas por materiais digitalizados e disponíveis na rede, como observa Vidal (200, p.36):

Recusar o produto eletrônico é, hoje, uma impossibilidade. Não apenas porque cresce vertiginosamente seu mercado, mas porque a linguagem digital tem permitido a construção de outras práticas de escrita e leitura, que oferecem maneiras novas de organizar, hierarquizar e distribuir a informação e combinações de estímulos visuais e sonoros impensáveis para o suporte papel.

Seja qual for o processo de localização do material disponível, torna-se fundamental selecionar, avaliar e realizar uma revisão crítica, pois os dados obtidos, normalmente, estão

carregados de interpretações, tanto de seus autores como daqueles que fizeram a própria catalogação. Nessa perspectiva, as informações contidas nos documentos oficiais, tais como pareceres, atas e relatórios, "não podem ser consideradas como fontes totalmente fidedignas de leitura da realidade, e sim como registro por vezes manipulado daquilo que se desejava mostrar. Por outro lado, esse direcionamento, quando evidenciado conserva o mérito de assinalar aquilo que era do interesse oficial demonstrar (Vasconcelos, 2005, p. 21)".

Uma das fontes mais significativas para a recomposição dos cenários historiográficos, especialmente daqueles em que não se pode mais contar com depoimentos orais, são os relatos de viajantes que testemunharam o período estudado. Neles encontram-se anotações e reflexões sobre a cotidianidade vivida durante sua estada em diferentes lugares, os ritos observados, hábitos e costumes, enfim, o *modus vivendi*, por vezes, se referindo ao lugar que a educação ocupou na vida da sociedade investigada.

Cabe notar que os relatos de viajantes analisados como fonte de pesquisa, apresentam, comumente, uma visão genérica da realidade observada, embora conservem a qualidade de se tratarem de anotações e reflexões externas ao contexto estabelecido, além de serem realizadas premeditadamente para fins de registro das condições de vida da população. Ainda assim, é preciso resguardar nas obras dos viajantes estrangeiros e, particularmente, em sua descrição dos costumes locais, a possibilidade dos preconceitos e entendimentos equivocados de quem julga com a ótica de sua realidade de origem (Vasconcelos, 2005).

Na mesma linha dos relatos de viagem, os diários e as missivas elaborados por personagens destacados ou anônimos também oferecem muitas informações, principalmente quando se objetiva, com isso, conhecer as posições pessoais, as preocupações e o interesse dos sujeitos relativos à educação. A própria análise física do material já traz muitos indicativos sobre seus autores e o grau de investimento educacional de que dispunham.

Os jornais e periódicos de época também podem ser considerados testemunhos privilegiados da história da educação, pois costumam publicar a relação de escolas, professores e até mesmo os programas curriculares utilizados pelas instituições. Essas informações transformam-se em uma fonte expressiva usada para analisar a demanda pela educação, uma vez que permitem localizar as instituições de maior destaque, o seu alcance, as suas práticas e concepções educativas.

Todavia, historiadores alertam sobre a discussão em torno da objetividade e neutralidade da imprensa, o que não pode ser desconsiderado, ao elegê-la como fonte principal, ainda que, tal fato, não a torne menos importante. Segundo De Luca (2010, p.139):

Pode-se admitir, à luz do percurso epistemológico da disciplina e sem implicar a interposição de qualquer limite ou óbice ao uso de jornais e revistas, que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que eleger como digno de chegar até o público.

Ainda de acordo com a autora (De Luca, 2010, p.140), os discursos publicados na imprensa adquirem significados de muitas formas, "inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir".

Grosso modo, as tipografias e suas redações possuem seus próprios posicionamentos políticos, bem como direcionam seus escritos para um público já delimitado, tanto no sentido de agradá-lo, como para seduzi-lo ou confrontá-lo em suas crenças e posturas. No caso da educação, é muito clara essa parcialidade na posição da imprensa, particularmente na segunda metade do oitocentos, entre os defensores da educação doméstica praticada sob a vigilância dos pais e os partidários da educação escolarizada, por meio da deliberação e fiscalização do estado (Vasconcelos, 2005).

Em pese a necessidade do olhar crítico sobre as matérias veiculadas em periódicos, buscando-se a linha editorial e seus objetivos de publicação, a variedade de fontes impressas, especialmente de jornais periódicos e revistas é imensa e pode permitir uma inserção na realidade vivida, sendo essa uma das únicas fontes capaz de demonstrar a relação entre o cotidiano estudado e as temáticas presentes no debate entre seus contemporâneos.

Cabe ressaltar que pesquisar a educação na história é um processo que vai se deparando com novas perspectivas a cada passo, pois à medida que se retrocede no tempo, é possível encontrar marcas, escritos, figuras e documentos que levam a outras histórias, outros personagens, por vezes, sendo necessário exercitar a manutenção do foco principal do estudo, para não sucumbir ao risco constante de enveredar pelo caminho de uma circunstância, seguir um personagem, dissipar a curiosidade sobre o final de uma situação encontrada.

A pesquisa em documentos oficiais como relatórios escritos por dirigentes ou autoridades sobre o seu próprio trabalho, também se constitui em uma fonte importante, uma vez que contém as informações governamentais do período focado. Normalmente, esses documentos têm como característica, embora por vezes manipulada, o levantamento de dados relativos à situação da instrução pública, fragmentos da memória instituída, com ênfase nas condições de oferta e demanda no período estudado. Ao realizar uma investigação histórica que objetiva fazer uma recomposição do passado por meio de uma pesquisa essencialmente bibliográfica e documental, torna-se

necessário entender a importância dos registros oficiais como testemunhos para a construção da memória, ou seja, quem escrevia, para quem e com que finalidade.

A partir da problematização dessas questões e tomando diversos cuidados na leitura dos documentos, para que os mesmos possam revelar a sua identidade coletiva como “fundamento do fato histórico, uma prova histórica, um testemunho escrito” (Le Goff, 1994, pp. 95-96), deve-se refletir sobre o papel do historiador diante de documentos e registros, lembrando Le Goff (1994, p. 96) quando afirma que na pesquisa histórica,

A leitura dos documentos não serviria, pois, para nada se fosse feita com idéias pré-concebidas... A sua única habilidade (do historiador) consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e em não lhes acrescentar nada do que eles não contêm. O melhor historiador é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos.

Todavia, ultrapassando a ideia de documento/monumento, cabe-nos também desmonumentalizar os relatórios oficiais, mesmo que concentrando o olhar nos acontecimentos descritos. Destarte, não se pode perder de vista o contexto, os autores e a sua posição na sociedade da época, assim como os seus interesses, para quem escreviam e porque escreviam os seus registros, questões essas que demandam um intenso trabalho bibliográfico-documental. Muitas vezes, a cada relato o autor questiona a sua própria informação, registrando o quanto ela se distancia do ideal, ou até mesmo indagando a sua viabilidade de ser real (Apolaro, 2008).

Na pesquisa com base em relatórios oficiais, revela-se, ainda, a possibilidade do estudo da memória escrita, como uma “faculdade de conservar os vestígios do que pertence já em si a uma época passada”, considerando que a memória registrada nos relatórios constitui “resíduos da vida” que se perpetuam após a morte como “recordações coletivamente materializadas” por meio dos documentos escritos (Pomian, 2000, p. 509).

A busca por fontes conduz ainda à leitura de publicações locais e estrangeiras para fundamentar, histórica, social e culturalmente, o painel montado em cada época, assim como redescobrir, na literatura, referências à educação praticada nas famílias e nas instituições escolares. Paralelamente a essa busca, pode-se deparar com um volume significativo de documentos iconográficos que reportam ao período em estudo. Esses documentos devem ser “lidos” e analisados, também, como expressivas fontes de pesquisa.

No que se refere à literatura, cada vez mais, são utilizadas obras elaboradas originalmente como ficção romanesca, como fontes para se tecer um panorama da realidade existente, pois embora se apresentem como narrativa de ficção, contém elementos que outras fontes documentais, como as cartas, as fotografias, os anúncios e a própria imprensa, não explicitam de forma tão elucidativa,

mostrando, no tempo recortado pelo romancista, o movimento e a dinâmica do cotidiano dos sujeitos.

Além disso, os romances possuem o realismo dos costumes com descrições, por vezes satíricas ou caricatas, reveladoras da vida burguesa, classe leitora e consumidora dos mesmos, que se deliciava em ver retratadas as histórias que exacerbavam o cotidiano, dicotomizando os nexos entre o bem e o mal, o certo e o errado, o moral e o imoral. Segundo Ferreira (2011, p.75):

O romance contemporâneo está inteiramente entranhado na história e de história, não só porque integra os modos de produção, circulação e consumo da cultura em épocas determinadas, mas também por ter o tempo como elemento básico de sua estrutura narrativa.

Entretanto, o mesmo autor alerta (Ferreira, 2011, p.77), que tais representações se constituem sempre em um universo ficcional, por mais verossímil que tenha sido a intenção do narrador, portanto, "o papel do historiador é confrontá-las com outras fontes, ou seja, outros registros que permitam a contextualização da obra para assim se aproximar dos múltiplos significados da realidade histórica".

No que tange à iconografia, destaca-se o papel da fotografia nas pesquisas levadas a cabo na história da educação. Das lentes de fotógrafos, contemporâneos de seus fotografados, emergem salas de aula com uma riqueza impressionante de detalhes, permitindo captar, através dos gestos e do olhar congelado na imagem, os sentimentos de crianças e jovens em suas salas de estudo, cujo gestual o tempo não foi capaz de alterar. A mobília, os adereços, os instrumentos de escrita e de estudo, a vestimenta, todos esses elementos preservados pela fotografia são parcialmente suficientes para revelar dados presentes em um contexto, importantes para a recomposição do que, por vezes, só podia ser imaginado. Analisá-lo em sua materialidade é uma das possibilidades, entre tantas que a fotografia oferece.

Cabe notar que quando a fotografia ingressou no mercado, como apontam Lima & Carvalho (2011, p.29 - 30), entre 1839 e 1850, foi identificada como possível de atender as mais diferentes demandas sociais, popularizando imagens de retratos, paisagens, monumentos, tipos humanos, cenas urbanas e rurais, de festas e de guerras, introduzindo uma perspectiva de eternidade àqueles que dela faziam uso, o que pode ser constatado nas imagens da morte, quando se fotografava o cadáver em uma pose elaborada, para que sua imagem em vida jamais desaparecesse.

Para a história da educação, o hábito de fotografar a turmas de alunos e instituições escolares possibilitou que, nos dias atuais, todo um universo possa ser reconstituído, não só no estudo de seu conjunto arquitetônico, mas nas circunstâncias que emergem das imagens captadas

com a finalidade de serem guardadas e lembradas, isto é, um instante preservado, como se gostaria que ele fosse eternizado.

Em síntese, "toda a fonte pode ser legítima na medida em que contribua para o entendimento do objeto específico de estudo e se tenha em conta sua natureza: política, econômica, científica, religiosa, artística, técnica, ou outra (Ferreira, 2011, p.75)". Cabe ao investigador considerar o ambiente sociocultural do período em que ela foi produzida e as intenções que demandaram sua produção.

A investigação em instituições educativas: entre a memória e a história

A arquitetura das instituições costuma expressar muito de sua própria história, especialmente, quando se trata de instituições católicas, seculares, cuja estrutura física remete a grandiosidade da missão de suas edificações em tempos já não mais testemunhados.

A investigação histórico-documental nessas instituições, principalmente aquelas destinadas à educação feminina, busca compreender, particularmente, o perfil das mulheres, professoras e alunas, bem como os processos educacionais que ali se davam entre os anos em que funcionaram, comumente, como internatos fechados. Nesses ambientes, para cada movimento havia uma ritualização. A vestimenta, o comportamento e os gestos faziam parte do arquétipo religioso que moldava o corpo, e cujas influências na sociedade vão fazer-se sentir para além dos conventos, seminários e clausuras, aportando nos ambientes familiares, escolas e outras instituições, revelando um sistema rígido de controle da ordem e da disciplina, desde as ações diárias de higiene, alimentação e lazer, até as aulas propriamente ditas (Vasconcelos & Leal, 2014).

Tais escolas costumam se caracterizar por sua abrangência extremamente ampla, não apenas em relação ao período de investigação, mas ao universo diversificado de possibilidades de pesquisa, sendo necessário, *a priori*, estabelecer categorias de análise, buscando aquelas que se acredita ser as que podem permitir um maior aprofundamento em um mundo silenciado há anos e cujos únicos resquícios encontram-se, muitas vezes, em arquivos descontinuados ou em "porões", reunidos a outros acervos não mais usados. Contudo, para levar a cabo tal investigação, pode-se, ainda, contar com um elemento extremamente significativo, a memória daqueles que vivenciaram a sua existência.

A categoria gênero é uma das primeiras a aparecer nesses ambientes historicamente compartilhados por mulheres. São alunas, dirigentes, professoras, auxiliares que conviveram em um espaço de hegemonia feminina, determinado, porém, por uma soberania patriarcal. O próprio

espaço-escola separa, desde cedo, as meninas dos meninos, mediante a utilização do regime de internato, dos regulamentos rigorosos e das concepções ensinadas que produziam e reproduziam as diferenças entre eles (Alamino, 2008).

A segunda categoria que normalmente desponta no estudo de instituições femininas, é a identidade católica, devido ao fato de que a escola católica, também era responsável pela construção de uma identidade ligada à religiosidade, baseada nos princípios da igreja católica, que regiam o cotidiano carregado de rituais e símbolos sagrados. Era por meio de orações diárias, reflexões impregnadas de valores cristãos que a escola ia aos poucos modelando um perfil feminino religioso (Leal, 2011).

Outra categoria notadamente presente é relativa ao espaço social compartilhado, as relações existentes, particularmente, aquelas estabelecidas entre mulheres de distintas classes sociais, convivendo em um mesmo ambiente, com *status*, funções e posturas completamente diferenciadas, concernentes ao lugar ocupado na inflexível estrutura de uma escola católica feminina.

Como não poderia deixar de ser, tratando-se de um universo de investigação com características tão complexas, a pesquisa demanda a utilização de fontes diversificadas que abrangem desde documentos existentes em arquivos, museus, coleções pessoais, egodocumentos, até o testemunho ainda presente de egressos da instituição.

Apesar disso, não se pode esperar encontrar nos acervos, fontes intactas e organizadas que possam recontar, sem a complexidade da montagem de um mosaico, a história que se espera revelar. Os documentos ainda existentes relativos a essas instituições, normalmente, já foram selecionados, censurados e, por vezes, desapareceram com o tempo; no entanto, o pouco que resta, frequentemente, fornece dados significativos quanto ao número de alunas matriculadas, à listagem de alunas, à listagem de professores, aos critérios de avaliação, às disciplinas lecionadas, às atas de notas, entre outros.

Em que pese à importância dessas informações, faz-se imprescindível a busca por outras fontes que, reunidas às anteriores, possam desvelar mais aspectos sobre a existência da instituição. A partir dessas fontes documentais associam-se, então, outras fontes. Entre elas, são muito significativas as escrituras de compra e venda, datando o início e término da instituição, quando for esse o caso; registros de imóveis lavrados em cartórios que, por vezes, possuem as plantas arquitetônicas originais; egodocumentos e relatos de ex-alunas, encontradas por meio de endereços na *internet* ou por indicação de pessoas conhecidas.

Os egodocumentos preenchem também as lacunas deixadas pelo material documental oficial. Cartas e artigos expressam o cotidiano vivido pelas alunas e por outros membros integrantes da instituição, com lembranças que, ora são positivas, ora já nem tanto; contudo, são posições tidas, em grande parte, unilateralmente pelo sujeito, demonstrando a sua expressividade como material de investigação histórica.

As entrevistas, nesse caso, igualmente se constituem em fontes básicas para a reconstrução das circunstâncias de existência das instituições, por se tratar, sobretudo, de relatos colhidos de testemunhas privilegiadas. De acordo com Alberti (2010, p. 166), a história oral permite o conhecimento de experiências e de modos de vida de diferentes grupos sociais em diferentes momentos, possibilitando uma multiplicidade de dimensões de estudo, contidas em um único relato de vida.

Não obstante, cabe ressaltar que mesmo as testemunhas "oculares" da história vivida, devem ser ouvidas considerando-se que a memória "não guarda mais do que um pálido reflexo do instante" que se quer fazer reviver (Chaunu, 1987, p. 64).

Ao fim e ao cabo, vale reiterar que uma das fontes mais significativas para a pesquisa em história da educação, particularmente de instituições femininas é, sem dúvida, a composta pela literatura memorialística, em seus aspectos específicos sobre a educação, a instrução, o papel das mães e das mestras, entre outras matérias concernentes ao tema. A leitura e análise desses egodocumentos fornecem pistas que indicam as interpretações ligadas ao contexto social do período, evidenciando o imaginário coletivo refletido nas percepções e valores educacionais registrados.

A investigação e a análise do material histórico citado, sobretudo quando se trata de um acervo institucional bastante vasto, requerem criteriosa ordenação metodológica, porque, conforme a pesquisa avança e mais fontes são catalogadas, torna-se necessário confrontá-las e indagá-las, a fim de se obter informações pertinentes à recomposição das circunstâncias pesquisadas.

Nesse momento, admitindo-se que o método também não é neutro, que o sujeito constrói o conhecimento e que a objetividade dificilmente suplanta a subjetividade, especialmente, quando se trata de articular lacunas, inserir elos, vale refletir sobre a afirmação de Grespan (2010, p.297):

Assim assinala-se que nem tudo na pesquisa histórica é estritamente racional, que muitas vezes o historiador deve apelar para a sua intuição e sua imaginação. E não se pode negar a importância desses fatores na pesquisa e seu papel na descoberta, especialmente nas mais inusitadas. Mas aí é só um passo para a ideia de que a intuição e a imaginação histórica são o que constitui o recurso estratégico para contornar a aporia, a dificuldade intransponível indicada anteriormente, de um método inteiramente definido por uma matriz teórica não poder nunca produzir resultados que a refutem ou contrariem.

A par dessas observações, pode-se afirmar que a investigação em instituições educativas transita entre a memória e a história, para permitir a compreensão de um processo educacional instituído como modelo, em uma determinada época, e possibilitar o conhecimento de suas contradições e versões, as quais não podem ser desconsideradas, seja na leitura documental, seja nos depoimentos registrados.

Considerações Finais

Acompanhar pesquisas que tomam a educação na história como campo do conhecimento a ser investigado, trata-se de uma caminhada que se faz em direção à recriação de lugares, sujeitos e fontes, mas, especialmente, é uma tarefa silenciosa realizada no pequeno coletivo de um grupo de pesquisa, limitado pelas circunstâncias de investigação concernentes a cada um. Entretanto, é também uma atividade plena de possibilidades que se demonstram desde o solitário interesse de pesquisar um tema, à concretude das descobertas e à consolidação de um estudo. Além disso, os temas em questão, muitas vezes, surgem quando são tecidas imagens, ideias e indagações que resultam na construção de projetos deflagradores das investigações.

Cabe destacar que as múltiplas relações que se estabelecem entre o tema e suas fontes, o pesquisador e seus acervos, a ideia inicial e as descobertas posteriores, traduzem-se em trajetórias metodológicas, cujos procedimentos de investigação provocam outros tantos temas e possibilitam por meio dos resultados obtidos, contribuir para o campo do conhecimento que reúne a educação e a história, criando uma área extremamente abrangente em relação às pesquisas qualitativas: a investigação na história da educação.

Referencias

Alamino M 2008. Na casa de Marta e Maria: um estudo sobre o Colégio Notre Dame de Sion em Petrópolis, *Dissertação de Mestrado* (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 206 pp.

Alberti V 2010. Fontes orais. Histórias dentro da história. In Pinsky CB, *Fontes históricas*, 2 ed. São Paulo: Contexto, p. 155-202.

Apolaro RC 2008, Panorama da Instrução Pública na Província do Rio de Janeiro na década de 70 do oitocentos, *Dissertação de Mestrado* (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 135 pp.

Bacellar C 2010. Fontes documentais. Uso e mau uso dos arquivos. In Pinsky CB, *Fontes históricas*, 2 ed. São Paulo: Contexto, p. 23-80.

Chaunu P 1989. O filho da morta. In Nora P et al, *Ensaio de ego-história*, Lisboa, Edições 70, p. 63-108.

- De Luca TR 2010. Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In Pinsky CB, *Fontes históricas*, 2 ed. São Paulo: Contexto, p. 111-154.
- Duby G 1989. O prazer do historiador. In Nora P et al, *Ensaio de ego-história*, Lisboa, Edições 70, p.109 - 138.
- Ferreira AC 2011. Literatura. A fonte fecunda. In Pinsky CB, *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, p. 61-92.
- Girardet R 1989, A sombra da guerra. In Nora P et al, *Ensaio de ego-história*, Lisboa, Edições 70, p. 138 - 170.
- Grespan J 2010. Considerações sobre o método. In Pinsky CB, *Fontes históricas*, 2 ed. São Paulo: Contexto, p. 291-300.
- Halbwachs M 2004. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Ed. Centauro, 224 pp.
- Karnal L & Tatsch FG 2011. Documento e história. A memória evanescente. In Pinsky CB, *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, p. 9-28.
- Le Goff J 1994. *Memória e História*. 3 ed. Campinas, São Paulo, Editora da Unicamp, 553 pp.
- Leal MJSC 2011. Educação física feminina: experiências de educação do corpo no Colégio Santa Catarina em Juiz de Fora nas décadas de 1940 e 1950. 2011, *Dissertação de Mestrado em Educação* – Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 178 pp.
- Lima SF & Carvalho VC 2011. Fotografias. Usos sociais e historiográficos. In Pinsky CB, *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, p. 29-60.
- Nora P 1989. *Ensaio de ego-história*. Lisboa, Edições 70, 363 pp.
- Nóvoa A 2005. Por que a história da educação. In Stephanou M & Bastos M H C (org.), *História e Memórias da Educação no Brasil*, vol II, Petrópolis, Vozes, p. 9-13.
- Pomian K 2000. Memória. In *Enciclopédia Einaudi, Lisboa*: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, p.507-516.
- Rémond R 1989. O contemporâneo do contemporâneo. In Nora P et al, *Ensaio de ego-história*, Lisboa, Edições 70, pp. 287-342.
- Saint-Georges P 1997. Pesquisa e crítica das fontes de documentação nos domínios económico, social e político. In Albarello L, Digneffe F, Hiernaux JP, Maroy C, Ruquoy D & Saint-Georges P 1997. *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, 246 pp.
- Vasconcelos MCC & Leal MJSC 2014. Dos traços de pecadora aos modos recatados: a educação do corpo feminino. In Nader MB. *Gênero e racismo: múltiplos olhares*. Vitória: EDUFES, p. 14-41.
- Vasconcelos MCC 2005. *A casa e seus mestres: a educação no Brasil de oitocentos*, Rio de Janeiro, Gryphus, 247 pp.
- Vasconcelos MCC 2010. Pesquisas na história da educação: sujeitos, fontes e instituições. In Vasconcelos MCC & Faria LCM. *Histórias de pesquisa na educação: pesquisas na história da educação*. Rio de Janeiro: Quartet, FAPERJ, p. 137-168.
- Vidal DG 2000. Fim do mundo do fim: avaliação, preservação e descarte documental. In Faria Filho LM. *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação*. Campinas: Autores Associados, p. 31-43.